|  |
| --- |
| **1- Informações Pessoais**  |
| Nome completo |  CPF |
|  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Data de Nascimento | Sexo | Estado Civil/Regime | Doc. Identidade Número |
|  |  |  |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Local de Nascimento / UF | Nome do Pai | Nome da Mãe |
|  |  |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Profissão | Empresa/Atividade | Renda Mensal |
|  |  |  |

|  |
| --- |
| **2 - Endereços** |
| CEP | Endereço Residencial – Logradouro | Número |
|  |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Complemento | Bairro | Cidade | UF |
|  |  |  |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CEP | Endereço Correspondência – (Preencher caso seja diferente do endereço acima) | Número |
|  |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Complemento | Bairro | Cidade | UF |
|  |  |  |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Telefone 1 | Telefone 2 | E-mail |
|  |  |  |

|  |
| --- |
| **3 - Dados do Cônjuge** |
| Nome completo |  CPF |
|  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Data de Nascimento | Profissão | Empresa/Atividade | Renda Mensal |
|  |  |  |  |

|  |
| --- |
| **4 - Declarações e Autorizações**Estou ciente da responsabilidade prevista no artigo 19 da Lei 7.492/86 e me responsabilizo pela legitimidade e veracidade de todos os documentos e informações fornecidas ao Banco Moneo S/A, sob pena das sanções previstas em lei.Autorizo o Banco Moneo e seus parceiros junto ao mercado ﬁnanceiro, seguradoras e demais parceiros comerciais a consultar informações a meu respeito, empresas coligadas e seus respectivos sócios, no Sistema de Informações de Créditos (SCR), organizado pelo Banco Central do Brasil, e órgãos de proteção ao crédito, tais como SPC e Serasa, ou qualquer outro órgão ou entidade assemelhada. Também autorizo o Banco Moneo S/A a buscar e compartilhar nossas informações junto ao mercado ﬁnanceiro, seguradoras, parceiros comerciais e entidades cadastrais em geral.Estou ciente que, através da presente declaração, expresso meu consentimento à coleta e armazenamento de meus dados pessoais em todos os documentos encaminhados ao Banco Moneo S/A, para fins de cadastramento, emissão de proposta e análise de crédito para operações, envio de correio eletrônico contendo material publicitário, e, compartilhamento com parceiros de negócios, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei n. 13.709/2018), tudo conforme Política de Privacidade do Banco Moneo S/A, disponível em https://www.marcopolo.com.br/politica-de-privacidade.Autorizo, ainda, o Banco Moneo S/A a compartilhar informações relativas aos dados coletados, com suas empresas controladoras, coligadas ou relacionadas, bem como parceiros de negócios.Estou ciente de que o Banco Moneo S/A assegura o acesso, atualização, retificação e eliminação de dados pessoais, bem como os demais direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, sendo que o titular poderá contatar o Banco Moneo S/A pelos canais oficiais de atendimento para formalizar suas solicitações. A presente declaração estará válida enquanto for cliente do Banco, servindo inclusive para futuras consultas.Reconheço expressamente a validade da assinatura eletrônica, ainda que não ligada à ICP-Brasil, podendo o serviço de assinatura ser prestado por qualquer terceiro cujo objeto seja a prestação desse tipo de serviço. A assinatura eletrônica passa a ser admitida em todos os documentos que envolvam as partes, seja na qualidade de partes, intervenientes, ou como terceiros a quem o documento venha a ser oposto, de maneira que os documentos assim assinados constituem documentos eletrônicos para os fins do artigo 10, caput e §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.200-2/01 e artigo 889, §3º do Código Civil, estando ciente de que esta forma de assinatura não desnatura, bem como não o descaracteriza.**DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO E NATUREZA**Declaro que o preenchimento desta Ficha Cadastral tem como propósito o meu cadastramento junto ao Banco Moneo S/A a fim de que a Instituição possa efetuar uma análise de crédito, para futuras operações de empréstimos, financiamentos, concessão de avais ou fianças.**DECLARAÇÃO DE PESSOA POLITICAMENTE EXPOSTA**Em atendimento ao disposto na Lei nº 9.613/98 e na Circular 3.978 emitida pelo BACEN, declaro que: |
|  |
|  | Sim |  | Não | *Sou pessoa Politicamente Exposta, conforme definido na Legislação descrita abaixo:* |
|  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Cargo/Função |  | Início |  | Término |  | Cargo/Função |  | Início |  | Término |
|  |
|  | Sim |  | Não | *Possuo parentes politicamente expostos, conforme definido na Legislação descrita abaixo:* |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |
| Nome da Pessoa Politicamente Exposta |  | Natureza do Relacionamento |  | Nome da Pessoa Politicamente Exposta |  | Natureza do Relacionamento |
| Definição de Pessoas Politicamente Expostas conforme Circular 3.978 emitida pelo BACEN em 23 de janeiro de 2020:Art. 27 [...] § 1º Consideram-se pessoas expostas politicamente: I - os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União; II - os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União, de: a) Ministro de Estado ou equiparado; b) Natureza Especial ou equivalente; c) presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta; e d) Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nível 6, ou equivalente; III - os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho da Justiça Federal; IV - os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal; V - os membros do Tribunal de Contas da União, o Procurador-Geral e os Subprocuradores-Gerais do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; VI - os presidentes e os tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos; VII - os Governadores e os Secretários de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Estaduais e Distritais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os presidentes de Tribunais de Justiça, Tribunais Militares, Tribunais de Contas ou equivalentes dos Estados e do Distrito Federal; e VIII - os Prefeitos, os Vereadores, os Secretários Municipais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta municipal e os Presidentes de Tribunais de Contas ou equivalentes dos Municípios. § 2º São também consideradas expostas politicamente as pessoas que, no exterior, sejam: I - chefes de estado ou de governo; II - políticos de escalões superiores; III - ocupantes de cargos governamentais de escalões superiores; IV - oficiais-generais e membros de escalões superiores do Poder Judiciário; V - executivos de escalões superiores de empresas públicas; ou VI - dirigentes de partidos políticos. § 3º São também consideradas pessoas expostas politicamente os dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado. § 4º No caso de clientes residentes no exterior, para fins do disposto no caput, as instituições mencionadas no art. 1º devem adotar pelo menos duas das seguintes providências: I - solicitar declaração expressa do cliente a respeito da sua qualificação; II - recorrer a informações públicas disponíveis; e III - consultar bases de dados públicas ou privadas sobre pessoas expostas politicamente. § 5º A condição de pessoa exposta politicamente deve ser aplicada pelos cinco anos seguintes à data em que a pessoa deixou de se enquadrar nas categorias previstas nos §§ 1º, 2º, e 3º. § 6º No caso de relação de negócio com cliente residente no exterior que também seja cliente de instituição do mesmo grupo no exterior, fiscalizada por autoridade supervisora com a qual o Banco Central do Brasil mantenha convênio para troca de informações, admite-se que as informações de qualificação de pessoa exposta politicamente sejam obtidas da instituição no exterior, desde que assegurado ao Banco Central do Brasil o acesso aos respectivos dados e procedimentos adotados.**Informo estar ciente das declarações acima mencionadas.****\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_.****\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** **Assinatura do Cliente** |
| **USO EXCLUSIVO DO BANCO**Responsabilizo-me pela exatidão das informações prestadas à vista dos originais do documento de identidade, do CPF, e outros comprobatórios dos demais elementos de informação apresentados, sob pena de aplicação do disposto no art. 64 da Lei nº 8.383, de 30/12/91.Declaro que as informações constantes desta ficha cadastral, bem como os elementos de identificação e localização do cliente foram devidamente conferidos.Declaro também, ter pleno conhecimento da “Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro” bem como dos procedimentos relativos ao combate à Lavagem de Dinheiro adotados pelo Banco Moneo. |
|  |

MONEO 12.17 E 12.18 - ATUALIZAÇÃO 22/11/2024.